

A inflação dispara. Culpa da máxi.

O governo não tomou as medidas necessárias para evitar que a máxidesvalorização do cruzeiro se transformasse em foco permanente de realimentação inflacionária. É o que acha o ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen:

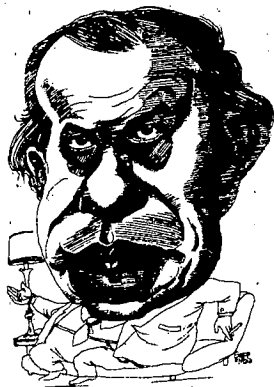
— Não há mágica que livre a sociedade de pagar a desvalorização real da taxa de câmbio, e aí só há duas possibilidades: ou a inflação sobe e as defasagens nas correções monetária e salarial se encarregam de baixar as rendas e ativos reais, ou a economia empobrece via recessão.

Em editorial a ser divulgado na revista *Simposium*, Simonsen afirma que um aspecto essencial foi esquecido pelas autoridades econômicas quanto à máxi, ou seja, quem vai pagá-la. A seu ver, uma desvalorização real da taxa de câmbio implica a queda do poder aquisitivo da sociedade. Salários, lucros, aluguéis e ativo têm de cair em dólares, pois o preço relativo dos produtos importados deve subir.

Entretanto, Simonsen destaca que o governo continua pretendendo assegurar a renda real dos assalariados recompondo semestralmente os salários nominais por um INPC não expurgado. Do mesmo modo, a regra da correção monetária protege os ativos financeiros contra os efeitos da máxidesvalorização. Na medida em que esses efeitos se reflitam no Índice Geral de Preços (IGP) serão incorporados ao valor das ORTNs.

Para Simonsen, fica a pergunta: quem paga a máxi? Em sua opinião, se o governo pudesse baixar impostos indiretos ou levar subsídios a charada estaria resolvida. Sucedendo que, muito pelo con-

O ex-ministro Simonsen, um dos principais defensores da máxidesvalorização do cruzeiro, diz que o governo não tomou as providências necessárias para que a medida não provocasse mais inflação.



trário, diz, ainda há vultosos subsídios a cortar. Entende que a solução correta, tecnicamente, seria nivelar as três correções, a monetária, a cambial e a salarial, por um índice de preços que expurgasse os custos de produtos importados, impostos indiretos e subsídios. Com isso, os realinhamentos de preços internos provocados pela máxi e pelos cortes de subsídios não se transformariam em focos de realimentação inflacionária. Da maneira pela qual as novas regras foram estabelecidas, a inflação corretiva tende a transformar-se em permanente, diz.

O ex-ministro do Planejamento acha que, aparentemente, essa solução ideal foi rejeitada por se considerar politicamente difícil expurgar a correção salarial. E aí, acrescenta, realmente, não havia melhor saída do que a adotada pelas autoridades monetárias, "pois se não há como expurgar simultaneamente as três correções, é melhor não expurgar nenhuma delas isoladamente".

Assinala, no entanto, que o governo deve medir as consequências dessa decisão. Desde que as minidesvalorizações efetivamente acompanhem o Índice Geral de Preços, a máxidesvalorização de 18 de fevereiro terá representado um realinhamento real da taxa de câmbio. Tecnicamente, será até um pouco mais: um realinhamento real seguido de uma temporada de minidesvalorizações aceleradas, pois o dólar será reajustado pelos próprios efeitos da máxidesvalorização sobre o Índice Geral de Preços. Tudo se passará como se a desvalorização tivesse sido de cerca de 40%, os reajustes posteriores do dólar acompanhando a inflação expurgada, diz.

Em primeiro lugar, cita que a eventual queda dos juros reais ao nível das taxas internacionais se deverá mais a uma ilusão estatística do que a qualquer outra coisa. É possível que os juros reais referidos ao Índice Geral de Preços realmente declinem, diz. Mas, acrescenta, o cálculo correto é o que desconta dos juros nominais a inflação expurgada e não o IGP. Afinal, os valores adicionados pelas empresas não aumentam quando sobem os preços dos produtos importados ou quando o governo corta subsídios ao petróleo, ao trigo ou à agricultura, concluiu.